



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Fundamentos.

A ANÁLISE OBJETIVA DA REALIDADE E A CRISE ATUAL

Rafael João Mendonça de Albuquerque¹

Resumo: A análise objetiva do mundo é uma capacidade intelectual da humanidade que se desenvolveu durante séculos. Finalizada a fase revolucionária da burguesia, esta classe é incapaz de continuar o desenvolvimento desta categoria. Entretanto, é fundamental para a reflexão das contradições existentes como demonstra a investigação objetiva da natureza do capital e da natureza da atual crise que vivemos.

Palavras-chave: Análise objetiva. Capital. Crise estrutural.

Abstract: The objective analysis of the world is an humanity's intellectual capacity, that developed through centuries. Ended the revolutionary fase of the bourgeoisie, this class is incapable of remain the development of this category. Still, it is vital for the reflection of the existent contradictions, how demonstrate the objective investigation of the capital's nature and the nature of the atual crisis.

Keywords: Objective analysis. Capital. Estructural crises.

1. INTRODUÇÃO

Depois que o mundo feudal é superado e o sistema do capital é consolidado, a filosofia e a ciência que partem do ponto de vista deste sistema se tornam cada vez menos capazes de analisar a realidade de maneira objetiva, sobretudo no que diz respeito às contradições que emergem do funcionamento das próprias estruturas do sistema do capital constituído. Apenas uma perspectiva que seja radicalmente crítica a este modo de produção pode desenvolver uma ciência e filosofia capazes de analisar a realidade de maneira objetiva.

O materialismo histórico dialético, portanto, é uma corrente filosófica herdeira da responsabilidade de dar continuidade ao desenvolvimento da análise objetiva do mundo, secularmente desenvolvida na história da humanidade. Na medida em que o Serviço Social, no seu interessante processo de configuração das diretrizes profissionais, escreveu em sua história uma “virada” que corresponde à apropriação da teoria social de Marx para a reflexão das problemáticas da área, é importante que se aproprie desta categoria para pensar a realidade atual – por exemplo, para pensar a natureza do sistema e da crise que vivemos. Desta maneira, acreditamos que esta capacidade intelectual da análise objetiva é de fundamental importância para manter a produção teórica do Serviço Social atualizada em relação à realidade em movimento.

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal de Alagoas. E-mail: <rafajma@gmail.com>.

2. A ANÁLISE OBJETIVA DO MUNDO

Analisar o mundo de maneira objetiva é uma capacidade intelectual da humanidade que se desenvolveu historicamente, durante muitos séculos e por um caminho que não é linear (e que continua a se desenvolver). A categoria da *objetividade* tem uma longa trajetória no desenvolvimento do pensamento filosófico da nossa história. Ela está presente, de alguma forma, desde o escravismo e na concepção de mundo feudal, antes mesmo de chegarmos ao capitalismo. É esta categoria que fundamentalmente dá base para que Ivo Tonet coloque em conjunto o pensamento grego e medieval, em seu livro *Método Científico: uma abordagem ontológica*. Ambas concepções de mundo têm esta categoria – de formas muito diferentes, alerta o autor – como predominante.

Segundo Tonet, foi a partir da determinada base material que constituía uma sociedade escravista e feudal que os gregos e os medievais elaboraram suas concepções de mundo. Como, por exemplo, entre os pensadores gregos, os pré-socráticos, Parmênides e seus discípulos, Heráclito, Platão e Aristóteles; e entre os medievais, especialmente Agostinho e Tomás de Aquino (cf. 2016, p. 30). Estas concepções tinham uma estrutura e ordem hierárquica definidas e, por essência, imutáveis. Esta estrutura e ordem essencialmente imutável também dizia respeito ao ser humano, e era no interior desta imutabilidade social que a posição do ser humano estava claramente definida.

Não havia o entendimento de que o mundo, quer seja o mundo natural, quer seja o mundo social, era histórico ou que era produto da atividade do ser social. Por outro lado, é interessante observar que “tanto o conhecimento como a ação tinham como *polo regente a objetividade (mundo real)*”; apesar de que, é importante destacar este polo regente na objetividade era “marcada por um caráter essencialmente a-histórico”. Esta é uma posição filosófica face ao mundo e à problemática da ação e do conhecimento que “não sofrerá alterações essenciais até o final da Idade Média”. (TONET, 2016, p. 28-29, grifos nossos). Uma característica importante desta categoria é que já em tais concepções greco-medievais (apesar de seu caráter a-histórico e imutável), “a verdade não era algo construído pelo sujeito, mas algo que se encontrava no próprio objeto, isto é, no ser” (TONET, 2016, p. 32).

Tonet concebe o desenvolvimento do pensamento burguês dividido em dois períodos principais. Um período revolucionário e um período conservador. O autor argumenta que:

No primeiro período, em que a forma da nova sociabilidade apenas estava amadurecendo, no interior do sistema feudal, o Renascimento e o Iluminismo expressam, cada um a seu modo, a importância do mundo humano, da atividade humana, da história humana. Ciência política, história e economia política dão, a partir do século XVI, os primeiros passos no sentido de um conhecimento específico da realidade social. É um momento de ascensão da burguesia e, para ela, é fundamental afirmar a possibilidade de conhecer não só a realidade natural, mas

também a realidade social, uma vez que seu interesse está voltado para a transformação das duas (TONET, 2016, p. 58-59).

Neste momento de ascensão em que se afirmava a possibilidade de conhecimento da realidade social, é importante ressaltar que a burguesia é uma classe, portanto, revolucionária. É uma classe que, neste longo período, está em luta contra o sistema feudal, na intenção de abrir caminho para a construção de uma forma de sociabilidade que supostamente poderia ser democrática e *constantemente melhorada*. No segundo período, conservador (XIX – até hoje), há uma virada filosófica importante. O momento histórico-social desta virada filosófica é caracterizado por dois elementos fundamentais: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa que, segundo Tonet, é a manifestação da “completude da revolução burguesa” (TONET, 2016, p. 60).

A partir deste momento histórico-social, revolucionada a sociedade em suas características mais basilares, em resumo a burguesia não tem mais o que revolucionar e, deste momento em diante, torna-se uma classe conservadora. Sua elaboração filosófica agora é para conservar o mundo existente a partir da relação de exploração do trabalho pelo capital. Agora tratava-se apenas de impulsionar o desenvolvimento *dentro desta* nova formação social, que supostamente permitiria o aperfeiçoamento, a suposta melhoria constante – tanto do ponto de vista material quanto espiritual. Assim, o pressuposto predominante mais geral da cientificidade moderna

é que a forma atual da sociabilidade é a última e a mais adequada possível para o desenvolvimento da humanidade. Isso por duas razões. Em primeiro lugar, por ser ela julgada consentânea com a verdadeira natureza humana – presente igualmente em todos os indivíduos humanos. Não haveria sentido, pois, em postular outra forma de sociabilidade, pois isso suporia a possibilidade e a necessidade de uma mudança essencial dessa natureza. Em segundo lugar, porque essa forma de sociabilidade, por ser democrática, *estaria indefinidamente aberta ao aperfeiçoamento*. Trata-se, pois, de conhecer a realidade social não para transformá-la radicalmente, mas para permitir a reprodução, certamente com melhorias, dessa forma de sociabilidade (TONET, 2016, p. 68, grifos nossos).

Coutinho (2010) também aborda, através de outro objeto em seu livro *O Estruturalismo e a Miséria da Razão*, estes dois momentos da história do desenvolvimento do pensamento burguês e traz elementos importantes para compreender a análise objetiva do mundo. Também de acordo com este autor, a história da filosofia burguesa pode ser dividida em duas etapas. A primeira, vai do renascentismo até Hegel, ou de Vivo e Herder a Descartes ou Bacon até Hegel, e se expressa como uma tendência progressista, uma ascendência orientada no sentido da elaboração de uma racionalidade humanista e dialética. E a segunda, que tem início por volta de 1830 e 1840, que é uma ruptura radical com esta concepção anterior, significou uma progressiva decadência, com o abandono das categorias do humanismo, historicismo e da razão dialética. Neste rompimento, há um individualismo exacerbado, que nega o momento criador da práxis, *transformando a história real em algo*

superficial/irracional. Funda-se um irracionalismo fundado na intuição arbitrária/profundo agnosticismo.

É importante destacar que na época progressista, “os grandes pensadores não hesitavam – na análise da nova objetividade [da sociedade capitalista] – em apontar o seu caráter intimamente contraditório” (COUTINHO, 2010, p. 34). Mas em sua fase conservadora, a razão é “destruída” ou tornada “miserável” pelo irracionalismo ou pelo agnosticismo positivista/estruturalista. Que diferentemente dos pensadores do período revolucionário, fazem uma vulgar apologia do sistema do capital, direta ou indiretamente.

Ao tornar-se “uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia *estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade*”. Desta maneira, “a razão é encarada com um ceticismo cada vez maior, ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade” (COUTINHO, 2010, p. 22, grifos nossos). Coutinho argumenta que a “vulgar apologética burguesa negava o caráter contraditório da objetividade econômica do capitalismo (no que rompia decisivamente com a tradição progressista), afirmando sua homogeneidade, sua tendência ao equilíbrio e ao progresso linear” (COUTINHO, 2010, p. 45).

Lukács, em seu artigo *Marx e o problema da decadência ideológica*, também coloca em cena esta problemática da perda da objetividade. Mesmo que seu objetivo central envolvia a questão da literatura, há uma passagem importante para nós em que diz que

a orientação subjetivista dada ao conhecimento das relações reais foi vista e criticada por Marx, desde a época da Revolução de 1848, como sintoma da capitulação objetiva em face das forças reacionárias da história. A decadência ideológica surge quando *as tendências da dinâmica objetiva da vida cessam de ser reconhecidas*, ou são mesmo mais ou menos ignoradas, *ao passo que se introduzem em seu lugar desejos subjetivos*, vistos como a força motriz da realidade (LUKÁCS, 2010, p. 93, grifos nossos).

Pensamos que os exemplos das passagens de Tonet, Coutinho e Lukács reforçam a argumentação de que o desenvolvimento da análise objetiva do mundo tem um profundo e complexo caminho histórico de desenvolvimento, que não é linear; e como o pensamento conservador moderno, o pensamento burguês pós-revolucionário, tem que necessariamente abandonar a categoria da objetividade ou torna-la miserável e superficial, ou seja, tem que necessariamente deixar de analisar o mundo de uma maneira substancialmente objetiva. O pensamento burguês então teve que se tornar conservador do mundo erguido sob as bases das relações econômicas de exploração do trabalho pelo capital. Quanto mais se desenvolve este sistema de reprodução social estruturalmente antagônico entre essas duas classes (capital e trabalho), mais as contradições se acumulam e se tornam destrutivas ao

passo em que se torna cada vez mais difícil analisar o mundo objetivamente e construir alternativas que correspondam à profundidade dos problemas encontrados.

No âmbito do Serviço Social, se a questão concreta for enfrentar alguma manifestação da atual crise social que vivemos, faz-se necessário analisar objetivamente a realidade e assim poder compreender as tendências da dinâmica objetiva do sistema do capital e de sua crise atual. Ou seja, em nossa concepção, isto demanda, como exemplo além de vários outros pontos fundamentais, compreender a) a natureza do próprio sistema do capital e b) a natureza da atual crise social.

Como aproximação para cada um destes pontos que nos parecem fundamentais, no próximo item mencionaremos o *caráter incontrolável* do capital e a *natureza estrutural* da crise que vivemos, baseando-nos no pensamento de István Mészáros. Pensamos que são apenas dois exemplos que reforçam a importância da análise objetiva do mundo nas produções teóricas dos pesquisadores em Serviço Social, dando continuidade a uma tendência filosófica muito importante desta área.

3. A DINÂMICA OBJETIVA DO SISTEMA E DA CRISE: O CARÁTER INCONTROLÁVEL E A NATUREZA ESTRUTURAL

Dentro da produção teórica do Serviço Social temos grandes contribuições sobre a natureza do capital e sobre as crises sociais inerentes ao capitalismo. Sobre a crise aguda da atualidade, diferentes autores abordam a existência de uma profunda crise que começou por volta de 1970.

Citamos dois exemplos de importantes autores para o Serviço Social. O primeiro é *Economia Política: uma introdução crítica*, de José Paul Netto e Marcelo Braz que, no capítulo 9, intitulado “o capitalismo contemporâneo”, fala do fim da ilusão dos “anos dourados”, o início de uma postura ofensiva do capital, com seus novos domínios, neoliberalismo, financeirização, criando um “novo mundo”, mencionando que “a profundidade da crise que, na transição da década de sessenta à de setenta, pôs fim aos ‘anos dourados’ levou o capital monopolista a um conjunto articulado de respostas que transformou largamente a cena mundial”, como por exemplo: “mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais ocorreram e estão ocorrendo num ritmo extremamente veloz e seus impactos sobre Estados e nações mostram-se surpreendentes para muitos cientistas sociais” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 221).

O segundo exemplo é obra *Política Social: fundamentos e história* de Elaine Behring e Ivanete Boschetti. No capítulo 4 desta obra, com título “Crise, reação burguesa e barbárie: a política social no neoliberalismo”, este contexto da crise da década de 1970 é abordado na discussão. Elas argumentam que “a fase expansiva do capitalismo maduro começou a dar

sinais de esgotamento em fins dos anos 1960, com consequências avassaladoras nas últimas décadas do século XX para as condições de vida e trabalho das maiorias”. Este momento rompe “com o pacto dos anos de crescimento, com o pleno emprego keynesiano-fordista e com o desenho social-democrata das políticas sociais” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 112).

Além destas conhecidas contribuições da produção interna ao Serviço Social, pensamos que um dos autores que tem contribuído significativamente para a compreensão da dinâmica objetiva do sistema e da crise que vivemos é o húngaro István Mészáros, numa produção teórica exterior a esta área que pode a enriquecer bastante – sua obra *Para Além do Capital*. Destacamos aqui o que pensamos ser duas questões gerais que perpassam essa obra por inteiro. A primeira, uma das características fundamentais do sistema do capital, é que ele é um sistema social incontrolável. A segunda é que a caracterização da crise social que vivemos é um período de crise estrutural, algo muito diferente do período de crise cíclicas até antes da segunda metade do século XX. Assim, são duas ideias centrais e profundas que correspondem ao *caráter incontrolável* do capital e a *natureza estrutural* da crise atual que vivemos. Pensamos que esta perspectiva meszariana tem contribuições importantes para a compreensão da crise social atual.

3.1 O caráter incontrolável do capital

A Parte I da obra *Para Além do Capital* tem como título “A sombra da incontrolabilidade”. Segundo o próprio autor, Hegel fazia uma idealização do capital, considerando-o como “capital permanente universal”, como expressão da concepção filosófica e racionalização da ordem burguesa. No entanto, esta idealização hegeliana é confrontada pela situação real que se constituiu a partir da ascendência histórica do capital a comando absoluto da reprodução do sistema global. As consequências desta ascensão demonstram seu caráter destrutivo e autodestrutivo e, portanto, a sua incontrolabilidade. Algumas teorias apologéticas certamente são destinadas a tentar encontrar soluções para a incontrolabilidade do sistema do capital, mas como partem do ponto de vista do próprio capital, ficam obstaculizadas de conseguir algo significativo (cf. MÉSZÁROS, 2009, p. 46).

A incontrolabilidade presente desde o seu início e que leva o sistema à ativação dos seus limites absolutos é um dos fundamentos da concepção de capital de Mészáros (a partir da análise do Marx à luz dos acontecimentos do século XX). Sua concepção de capital é de que “o capital não é simplesmente uma ‘entidade material’”, nem “um ‘mecanismo’

racionalmente controlável”, mas é “em última análise, uma forma incontrolável² de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2009, p. 96). Para este pensador, os defeitos do sistema – que agora se apresentam cada vez mais agudos com a crise estrutural – correspondem a defeitos na própria estrutura interna do sistema do capital.

Mesmo grandes pensadores como exemplos das maiores personalidades da filosofia burguesa, como Adam Smith, Kant, Fichte e Hegel, que viam o mundo da perspectiva do capital em ascensão, “tinham que aceitar sem questionamento o microcosmo internamente fragmentado do sistema do capital”, oferecendo, para problemas estruturais, “remédios³ que, ou contornavam os problemas em jogo, pressupondo a força da Razão como solução genérica e a priori para todas as dificuldades e contradições concebíveis”. Ou até mesmo “inventavam planos especiais, sem qualquer base na realidade, pelos quais se deveriam encontrar as respostas para as contingências históricas perturbadoras identificadas” (MÉSZÁROS, 2009, p. 115).

O autor argumenta que “o aspecto mais problemático do capital, apesar de sua força incomensurável como forma de controle sociometabólico, é a total incapacidade de tratar as causas como causas, não importando a gravidade de suas implicações a longo prazo”. Trata-se, portanto, de uma total incapacidade de analisar a realidade de maneira radicalmente objetiva. O sistema é incapaz de analisar as causas de suas contradições como as causas reais objetivamente colocadas pela própria estrutura do sistema. Esta total incapacidade “não é uma dimensão passageira (historicamente superável), mas uma irremediável dimensão estrutural do sistema do capital voltado para a expansão”. Certamente, esse sistema precisa desenvolver ações remediadoras, mas “em suas necessárias ações remediadoras, deve procurar soluções para todos os problemas e contradições gerados em sua estrutura por meio de ajustes feitos estritamente nos efeitos e nas consequências” (MÉSZÁROS, 2009, p. 175). Porém, atingindo apenas os efeitos e as consequências, e deixando de fora o fundamental que é a estrutura interna da reprodução

² Mészáros argumenta que a impossibilidade de controle sob os processos de tomada de decisão da reprodução do sociometabolismo do capital, decorrente de sua constituição como totalizador irrecusável e irresistível, tornando-o o mais dinâmico da história o sistema do capital não se aplica apenas aos trabalhadores, mas até mesmo “aos capitalistas mais ricos, pois, não importa quantas ações controladoras eles possuam na companhia ou nas companhias de que legalmente são donos como indivíduos particulares, seu poder de controle no conjunto do sistema do capital é absolutamente insignificante”. Assim o é, pois “eles tem de obedecer aos imperativos objetivos de todo o sistema, exatamente como todos os outros, ou sofrer as consequências e perder o negócio” (MÉSZÁROS, 2009, p. 97-98). O autor menciona que mesmo Adam Smith não tinha qualquer ilusão a respeito deste aspecto da incontrolabilidade do sistema do capital em relação ao poder de controle dos capitalistas “quando escolheu descrever a força controladora real do sistema como ‘a mão invisível’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 98).

³ Dentro das concepções de Kant, Fichte e Hegel, o Estado – tema importante para o Serviço Social – aparece hipostasiado como remédio para os defeitos e contradições que eram admitidos “quer pensemos no ideal postulado de Kant do Estado como meio da ‘paz perpétua’, quer no autoconfiante ‘Estado comercial fechado’ de Fichte, quer mesmo na projetada ‘verdadeira reconciliação’ de Hegel quando o Estado incorpora a ‘imagem e realidade da razão’ –, as soluções que nos são oferecidas significam apenas a defesa de algum ideal irrealizável. Não poderia ser de outra forma, pois os microcosmos antagonicamente estruturados do sistema do capital – com seu inerradicável *bellum omnium contra omnes*, manifesto na tríplice contradição entre produção e controle, produção e consumo e produção e circulação jamais são realmente questionados. São simplesmente incorporados à idealidade do Estado e com isso deixando de representar perigo de ruptura ou explosão, uma vez que se atingiu a idealidade de alguma forma de ‘verdadeira reconciliação’” (MÉSZÁROS, 2009, p. 116).

do sistema, os resultados obtidos são insuficientes para contornar o aprofundamento da crise atual. E cada vez mais a vida dos trabalhadores se degrada largamente.

3.2 A natureza estrutural da crise atual

Na concepção meszariana, a crise social que vivemos atualmente corresponde a um determinado patamar que o sistema do capital alcançou em seu desenvolvimento histórico. As concessões que o capital pôde realizar ao longo do seu desenvolvimento histórico para aperfeiçoar as condições de expropriação do trabalho excedente da classe produtora começam a ter contradições cada vez maiores. Em relação a estas “concessões significativas” aos trabalhadores pelo sistema do capital, Mézáros traz elementos sobre a natureza da crise que vivemos e sobre a possibilidade de novas “concessões significativas” argumentando que

A dificuldade não está apenas no fato de os perigos inseparáveis do atual processo de desenvolvimento serem hoje muito maiores do que em qualquer outro momento, mas também no fato de o sistema do capital global ter atingido seu zênite contraditório de maturação e saturação. Os perigos agora se estendem por todo o planeta; conseqüentemente, a urgência de soluções para eles, antes que seja tarde demais, é especialmente severa. Para agravar a situação, tudo se torna mais complicado pela inviabilidade de soluções parciais para o problema a ser enfrentado. [...].

No passado, até algumas décadas atrás, foi possível extrair do capital concessões aparentemente significativas – tais como os relativos ganhos para o movimento socialista (tanto sob a forma de medidas legislativas para a ação da classe trabalhadora como sob a de melhoria gradual do padrão de vida, que mais tarde se demonstraram reversíveis), obtidos por meio de organizações de defesa do trabalho: sindicatos e grupos parlamentares. O capital teve condições de conceder esses ganhos, que puderam ser assimilados pelo conjunto do sistema, e integrados a ele, e resultaram em vantagem produtiva para o capital durante o seu processo de auto-expansão. Hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o sistema do capital como tal, pois em nossa época histórica, quando a auto-expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam (daí o sonho impossível de se livrar do buraco negro da dívida 'crescendo para fora dele'), o sistema de capital global é obrigado a frustrar todas as tentativas de inferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (MÉSZÁROS, 2009, p. 95).

Se, portanto, a atual crise social que vivemos corresponde a um determinado patamar de desenvolvimento do sistema do capital, que atinge seu zênite contraditório de maturação e saturação, ativando seus limites absolutos, ela coloca para a humanidade um novo momento histórico em relação às crises anteriores. Sua crise tem uma natureza diferente das crises passadas. Para este autor, esta crise estrutural que agrava as condições atuais de reprodução social significa uma *novidade histórica*, e que se torna manifesta em quatro aspectos principais:

(1) Seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de

produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.);

(2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado);

(3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital;

(4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria agora ativamente empenhada na 'administração da crise' e no 'deslocamento' mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia" (MÉSZÁROS, 2009, p. 796).

A argumentação de Mézáros caminha no sentido de que estamos vivendo um momento histórico em que "algumas formas de ação anteriores ('as políticas de consenso', 'a estratégia de pleno emprego', 'a expansão do Estado de bem-estar social', etc.) estão objetivamente bloqueadas, o que impõe reajustes importantes na sociedade como um todo" (MÉSZÁROS, 2009, p. 788). Caso a investigação de Mézáros aponte num caminho correto, e o capital for mesmo incontrolável e estivermos mesmo numa crise estrutural com estas características e limites para as reformas e demais formas de ações anteriores, podemos afirmar que estas são verdadeiras tendências da dinâmica objetiva da vida social.

Não há como resolver os males sociais sem superar estes conjuntos de problemas e toda a realidade social contraditoriamente antagônica que os origina. A caracterização da situação atual como uma crise da própria estrutura interna de um sistema que é intrinsecamente incontrolável, coloca em perspectiva, neste sentido meszariano, que as reformas (mesmo que não acumulem forças nenhuma para o socialismo) perdem cada vez mais a capacidade de se realizarem como no período anterior. Pensamos que os acontecimentos das lutas de classes das últimas décadas parecem confirmar a argumentação de Mézáros de que a natureza estrutural da crise que vivemos passa a desintegrar gradualmente a base material desde as políticas sociais mais abrangentes até as várias ações locais e conjunturais dos assistentes sociais que poderiam melhorar as condições momentâneas de vida da classe trabalhadora.

As alternativas a esta situação difícil, se for correta a argumentação do autor, certamente não são criadas através dos *desejos subjetivos* colocados como o central da caracterização do problema e da solução proposta. É preciso analisar a realidade objetivamente, buscando aprofundar o conhecimento social sobre a natureza do sistema do capital, bem como sobre a natureza da atual crise que enfrentamos. É preciso dar continuidade à produção de uma determinada concepção filosófica que esteja comprometida com a objetividade da vida real. Não se perdendo do pensamento crítico e se afastando da luta da "virada do Serviço Social brasileiro".

4. CONCLUSÃO

É inegável a importância do método materialista histórico dialético para o Serviço Social. Podemos mencionar rapidamente três obras importantes para os assistentes sociais e estudantes graduandos, como a *Política Social: fundamentos e história*, de Behring e Boschetti, que enxergam as “potencialidades metodológicas da teoria social de Marx e do marxismo contemporâneo para a abordagem da política social”, que “traz uma solução complexa e inovadora do ponto de vista da relação sujeito-objeto” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 36).

Ou como a obra *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*, de Maria Lucia Barroco, em que a importância deste método tem forte argumentação, uma vez que o desenvolvimento da análise do livro “demandou a compreensão da gênese da profissão, em suas determinações éticas e políticas fundantes, em seus desdobramentos históricos, em sua relação com as possibilidades de superação de seu *ethos* de origem” e “para isso, foi preciso reconstruir a base de fundação ontológica da ética na vida social, o que orientou a apreensão das possibilidades de afirmação e negação de valores éticos fundamentais na sociedade burguesa, na cultura contemporânea e no contexto do Serviço Social” (BARROCO, 2008, 16).

Ou até mesmo como a obra *Economia Política: uma introdução crítica*, de José Paulo Netto e Marcelo Braz, onde também a importância do marxismo está muito argumentada, como exemplifica o fato de que o pensamento de Marx “possibilitou o conhecimento teórico da estrutura e da dinâmica econômicas da sociedade burguesa”. E além disso, a “análise das leis de movimento do capital e as descobertas marxianas operadas na segunda metade do século XIX continuam válidas até hoje porquanto, corridos cento e cinquenta anos, a nossa sociedade permanece subordinada aos ditames do capital” (NETTO; BRAZ, 2011, p. 35).

No entanto, o investigador em Serviço Social deve sempre reconhecer que

a esta centralidade e hipercentralidade da subjetividade também não escapou o marxismo. Como resultado da conjugação de diversos fatores objetivos e subjetivos, a que, por brevidade, não podemos nos referir aqui, a elaboração marxiana não foi compreendida como tendo um caráter ontológico. O que predominou como marxismo foi uma versão de caráter positivista e/ou idealista, o chamado marxismo do movimento operário, do qual alguns elementos já se encontram em Engels e que foi plenamente desenvolvida por Kautski, Bernstein e inúmeros outros seguidores. Mesmo uma tentativa de resgatar o sentido crítico original da proposta marxista, como a da Escola de Frankfurt, tem um caráter nitidamente antiontológico. Caráter, aliás, que, como acertadamente assevera Netto (1996, p. 9), também marca todo o chamado ‘marxismo ocidental’. O resultado disto é, ora uma justaposição entre necessidade e liberdade (inevitabilidade do socialismo e apelo à luta revolucionária), ora uma crítica subjetiva (e não subjetivista) do capitalismo, que permanece incapaz de vislumbrar a possibilidade da sua superação. Neste passo, o marxismo foi se empobrecendo e perdendo a sua marca distintiva, que era o seu caráter radicalmente crítico e revolucionário. Radical, porque tinha como base a captura do processo real até a sua raiz. Revolucionário porque a compreensão da realidade

social até a sua raiz também implicava a possibilidade da sua transformação radical. Em consequência, foi se aproximando cada vez mais da perspectiva da cientificidade burguesa que, como vimos, está marcada pela centralidade da subjetividade (TONET, 2016, p. 76).

Quando pensamos que além do pensamento conservador explícito, a tendência ao subjetivismo também não deixou o marxismo escapar, fica evidente que os perigos das concepções que caminham nesta tendência subjetiva são enormes ao pesquisador mais sincero. Colocando o desejo subjetivo como força motriz da realidade, abre-se um campo enorme para a influência do pensamento conservador dentro da atuação e da pesquisa científica no Serviço Social. Por isso, neste artigo, quisemos enfatizar o quanto faz-se cada vez mais necessário voltar-se para a investigação e apreensão das tendências da dinâmica objetiva da vida social. Assim, pensamos que a análise objetiva da natureza do capital e da crise social atual traz uma significativa contribuição para o aprofundamento científico e filosófico dentro da produção teórica do Serviço Social.

A *análise objetiva* da natureza do capital e da crise que vivemos a partir da década de 1970 poderá abrir os caminhos para investigações substantivas sobre as alternativas e soluções reais para os defeitos estruturais do sistema do capital, apontando para a emancipação de uma sociedade estruturada em um profundo antagonismo de classes.

REFERÊNCIAS

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

BEHRING, E.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LUKÁCS, G. **Marx e o problema da decadência ideológica**. In: *Marxismo e teoria da literatura*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Editora Cortez, 2011.

MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2009.

TONET, I. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.